

(RE)DEFININDO A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LIBRAS-PORTUGUÊS¹

Luanda Cardoso Rampinelli
Sabrina Simeão da Silva

Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo

Com base nas, ainda incipientes, pesquisas brasileiras sobre os tradutores-intérpretes de língua de sinais, sobretudo no contexto educacional, problematizamos a função e a atuação desses profissionais na Educação de Surdos. As inquietações que motivaram nossas reflexões podem ser sintetizadas no seguinte: qualquer tradutor-intérprete de língua de sinais estaria apto a atuar como intérprete educacional? Além disso, qual seriam suas funções e qual o caráter de sua atuação na Educação de Surdos? Para essa reflexão, tomamos como base os dados decorrentes de uma pesquisa realizada no município de Juiz de Fora, Minas Gerais, numa turma com surdos, a qual possui o intérprete educacional e, também, dados de questionários aplicados aos tradutores-intérpretes da cidade. Nossa investigação evidenciou que, atualmente, o não-domínio de saberes didáticos, pedagógicos e disciplinares afeta diretamente a atuação do intérprete educacional, visto que o desconhecimento da dinâmica da sala de aula e do processo de ensino-aprendizagem podem levá-lo a assumir papéis que não lhe cabem.

Introdução

Considerando as reflexões que vem sendo desenvolvidas pelo Grupo de Estudos em Educação de Surdos (Gees) do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Diversidade (Neped) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (Faced-UFJF), apresentamos, neste texto, uma reflexão sobre a função e a atuação do intérprete educacional (IE) de Libras-Português, “aquele que atua como intérprete de língua de sinais na educação” (QUADROS, 2004, p.54). É importante esclarecer que para esta reflexão, tomamos como base os dados decorrentes de uma pesquisa realizada no município de Juiz de Fora, Minas Gerais, numa turma com surdos, a qual possui o IE. Vale dizer que para ampliar as possibilidades de tal reflexão também utilizaremos dados de questionários aplicados a tradutores-intérpretes de Libras-Português (TILS) em Juiz de Fora.

Durante o período de observação participante (SPRADLEY, 1980), numa turma com surdos, um aspecto relacionado à atuação e à formação do IE destacou-se: a centralidade de saberes didáticos

¹ Trabalho realizado no Grupo de Estudos em Educação de Surdos – Gees/ Neped/ UFJF – sob a orientação do coordenador do Grupo e professor da Faced/ UFJF Carlos Henrique Rodrigues.

e pedagógicos por parte do intérprete, visto que o mesmo participa diretamente do processo educacional, sendo chave na construção e apropriação de conhecimentos por parte dos surdos. Logo, é possível afirmar que a função desse profissional tem um caráter *interpretativo-educacional* singular.

Portanto, partindo das questões suscitadas durante a observação da atuação do IE na sala de aula com surdos, perguntamos se qualquer tradutor-intérprete de língua de sinais (TILS) estaria apto a atuar como IE? Além disso, qual seriam suas funções e qual o caráter de sua atuação na Educação de Surdos?

O TILS na Educação de Surdos

No Brasil, desde meados da década de 1980, pode-se observar uma crescente demanda pela presença de TILS na Educação de Surdos, os quais passaram a ser denominados de IE, assim como em outros países. Vale dizer que o aumento da demanda pelos IE deve-se a diversas mudanças no campo da Educação de Surdos, tais como a visão da surdez como fenômeno cultural e linguístico; os estudos linguísticos sobre as línguas de sinais e o reconhecimento da Língua de Sinais Brasileira. Essas mudanças proporcionaram o desenvolvimento de novas propostas para a Educação de Surdos, as quais, por sua vez, apresentavam o IE como um dos seus principais elementos.

Atualmente, com o Decreto 5.626, a presença de TILS na Educação de Surdos, como garantia do direito das pessoas surdas à educação, intensificou-se significativamente. Segundo o Decreto, tal profissional tem uma atuação distinta da função docente. Sendo assim, o IE possui funções específicas e, portanto, necessita de formação para atuação em sala de aula junto ao professor. É válido dizer que não empregamos o termo “professor-intérprete”, visto que em nossa concepção o IE, embora tenha uma função *interpretativo-educacional*, não é o professor não devendo, portanto, assumir tal responsabilidade na turma em que atua (ROSA, 2008).

Um aspecto que tem se destacado na Educação de Surdos é a atuação de diversos falantes bilíngues de Libras e de Português como IE e, também, de outros TILS sem formação específica

para atuar na educação. Isso ocorre devido ao fato de que a demanda por IE supera a oferta desses profissionais. Assim, em diversas instituições os IE têm desempenhado os mais variados papéis, além de, muitas vezes, não darem conta de lidar com as nuances e singularidades do contexto educacional e do processo de ensino-aprendizagem. O despreparo de muitos dos atuais IE tem acarretado na manutenção de visões diferenciadas e contraditórias sobre as funções do TILS em sala de aula e no contexto educacional como um todo. Segundo Lodi (2009 p.30), “a falta de formação específica faz com que os intérpretes educacionais, muitas vezes, assumam outros papéis e desempenhem atividades que acabam por interferir, de maneira negativa, em sua prática”.

Atuação e função do IE

Alguns autores contribuem significativamente com nossas reflexões, dentre eles podemos citar Quadros (2004), Lodi (2009) e Lacerda (2009) e Tuxi (2009), os quais consideram que a função do IE é distinta da do professor, sendo que a atuação desses profissionais se diversifica e tem demandas específicas de acordo com o nível de ensino em que está inserido. Nas palavras de Quadros (2004, p.60-61) “se a eles [intérpretes] fossem atribuídas as responsabilidades com o ensino, eles deveriam ser professores, além de serem intérpretes. E se estiverem assumindo a função de professores, por que estariam sendo contratados como intérpretes?”. Entretanto, é importante entendermos que o IE compartilha, de forma colaborativa, com o professor o processo de ensino-aprendizagem dos alunos surdos, visto que é por meio dele que esse processo se torna possível.

Nesse sentido, a formação desses profissionais precisa contemplar os aspectos didáticos e pedagógicos inerentes à Educação, assim é importante a peculiaridade da formação “do intérprete para atuar no ensino, em sala de aula, cujo trabalho tem uma finalidade educacional, que pretende mediar o processo de ensino/aprendizagem e tratar a tradução/interpretação Língua de Sinais – Língua Portuguesa vinculada aos processos educacionais” (MARTINS, MACHADO, 2009, p.238).

Considerando-se isso, apresentamos as respostas de doze intérpretes do município de Juiz de Fora à pergunta: “o que é necessário para atuar como IE?”. Vale explicar que, no quadro a seguir, são apresentados somente os trechos que se referiam diretamente aos aspectos considerados fundamentais à atuação do IE.

Intérprete	Trecho da resposta
TILS 1	“formação educacional”
TILS 2	“capacitação para atuar especificamente no contexto educacional”
TILS 3	“formação pedagógica”
TILS 4	“conhecimento dos conceitos e normas educacionais e preparação para atuar na especificidade do contexto educacional”
TILS 5	“possuir certas especificidades e conhecer a dinâmica do processo educacional, bem como quadro vivido no ambiente educacional”
TILS 6	“conhecer a dinâmica da escola e da sala de aula”
TILS 7	“formação para atuar no contexto educacional”
TILS 8	“conhecimentos básicos da área na qual atuará”
TILS 9	“conhecer as necessidades específicas da atuação do intérprete e sua conduta em sala de aula”
TILS 10	“superar a deficiência de conteúdos em certas disciplinas. Em relação aos anos iniciais, acredito ser de extrema importância a qualificação do TILS para que possa atuar conhecendo as particularidades do desenvolvimento da criança surda”
TILS 11	“formação adequada para atuação na educação”
TILS 12	“conhecimento específico na mediação entre professores-alunos e alunos-alunos, bem como dos processos inerentes a esse espaço” “conhecer as especificidades da atuação no ambiente escolar”

Tabela 1 – Excertos das respostas dos TILS

Ao analisar essas respostas percebemos que os TILS foram unânimes em afirmar que para atuar como IE são necessários conhecimentos específicos ao campo da Educação, tais como os saberes didáticos e os pedagógicos, assim como conhecimentos acerca da dinâmica da escola e da sala de aula, das normas institucionais, dos conteúdos que interpretará e das responsabilidades e funções do IE. Com base nesses apontamentos é possível afirmar que nem todo TILS está apto a atuar como IE, visto que este profissional tem uma atuação *interpretativo-educacional* que possui características peculiares (QUADROS, 2004; LACERDA, POLETTI, 2004; MARTINS, 2006; SOUZA, 2007; LACERDA, 2009; LODI, 2009).

Além das informações apresentadas acima, acreditamos que os dados provenientes da observação participante em uma turma com surdos de uma Escola Pública em Juiz de Fora, Minas Gerais, durante o primeiro semestre de 2011, podem contribuir significativamente com nossas reflexões, visto que foi possível perceber como a postura assumida pelo IE interfere na interação dos alunos surdos com os professores e demais alunos da turma, assim como no processo de aprendizagem

desses alunos e na dinâmica da sala de aula. É relevante dizer que a turma com surdos que foi o *locus* da observação possuía trinta e cinco alunos ouvintes e dois surdos, com idades entre 14 e 15 anos, e que a IE iniciou o aprendizado da Libras há oito anos no contexto religioso, não possuindo formação específica como TILS e muito menos para atuar como IE.

Em relação à mediação interpretativa, notamos que o IE, na turma observada, passava a maior parte do tempo, senão todo ele, sentado e de costas para o quadro. Muitas vezes não acompanhava a aula, e, sim, aplicava outra atividade aos surdos ou tecia explicações e considerações sobre determinado tema e/ ou conteúdo. É interessante notar que os professores endossavam essa ação, inclusive trazendo as atividades a serem aplicadas pelo IE. Ficou evidente que o posicionamento do IE e sua postura podem limitar significativamente a interação e, muitas vezes, inviabilizar a participação dos surdos na aula.

Percebemos, também, que ao assumir o “papel” de professor, o intérprete pode restringir a possibilidade de os surdos interagirem com os professores e demais alunos, privando-os de participar ativamente do contexto da sala de aula. Além disso, há o risco de os IE não abordarem adequadamente o conteúdo e inclusive prejudicarem os alunos surdos. Para Quadros (2004, p.60)

muitas vezes, o papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor. Os alunos dirigem questões diretamente ao intérprete, comentam e travam discussões em relação aos tópicos abordados com o intérprete e não com o professor. O próprio professor delega ao intérprete a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos em aula ao intérprete. Muitas vezes, o professor consulta o intérprete a respeito do desenvolvimento do aluno surdo, como sendo ele a pessoa mais indicada a dar um parecer a respeito.

É necessário que o IE, ciente de sua função, estimule em todo o tempo e em quaisquer condições, por meio da interpretação, a interação do aluno surdo com os demais alunos da turma e, principalmente, com o professor, não os privando do direito de estabelecer contato direto entre si.

Portanto, observamos que o IE é um fator central na interação em sala de aula, visto que ele é responsável por reformular textos de uma dada língua, com os meios de outra, por meio de um processo interpretativo e comunicativo que se desenvolve em um contexto educacional, com a finalidade de viabilizar o processo de ensino-aprendizagem dos surdos. Assim é fundamental que

tal profissional esteja consciente de sua função, assim como dos limites de sua atuação em cada um dos níveis de ensino. Para Quadros (2004, p.62-3),

Nos níveis mais iniciais, o intérprete estará diante de crianças. Há uma série de implicações geradas a partir disso. Crianças têm dificuldades em compreender a função do intérprete puramente como uma pessoa mediadora da relação entre o professor e o aluno. A criança surda tende a estabelecer o vínculo com quem lhe dirige o olhar [...] Nos níveis posteriores, o intérprete passa a necessitar de conhecimentos cada vez mais específicos e mais aprofundados para poder realizar a interpretação compatíveis com o grau de exigência dos níveis cada vez mais adiantados da escolarização.

Em suma, nossa investigação evidenciou que, atualmente, o não-domínio de saberes didáticos, pedagógicos e disciplinares afeta diretamente a atuação do IE, visto que o desconhecimento da dinâmica da sala de aula, do processo de ensino-aprendizagem e das especificidades dos diferentes níveis de ensino podem levá-lo a assumir papéis que não lhe cabem.

Considerações

Acreditamos que o recorte dos dados dos questionários, apresentado acima, junto a breve reflexão sobre os dados coletados, acerca da atuação do intérprete em uma turma com surdos, evidenciaram que para atuar como IE são necessários, além da competência bilíngue e tradutória, conhecimentos específicos do campo da educação, sendo que para cada nível de ensino são necessários conhecimentos, competências e habilidades singulares. Para Lacerda (2009, p.36), “atuar na educação infantil, no ensino fundamental, médio e/ou superior requer modos de interpretação, intervenção e conhecimentos bastante distintos”. Além disso, a função do IE não se confunde com a do professor, visto que o mesmo tem como papel interpretar.

Podemos afirmar que a função do IE precisa estar clara para este profissional para que o mesmo possa (i) trabalhar em parceira com o professor, não ocupando o lugar dele; (ii) acompanhar e respeitar as estratégias didáticas do professor; (iii) conhecer as especificidades de cada nível de ensino e (iv) lidar com a diversidade dos alunos com surdez, assim como (v) repensar a reorganização, junto ao professor, do espaço físico da sala de aula considerando o uso de uma língua espaço-visual utilizada pelo aluno surdo (vi) não responder ao professor no lugar dos

alunos nem aos alunos no lugar do professor, mas, sim, estimular a interação entre professores e alunos.

Referências

LACERDA, C. B. F. *Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*. São Paulo: Editora Mediação, 2009.

LACERDA, C. B. F. O intérprete educacional de língua de sinais no ensino fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades. IN: LODI, A. C. B. (org). *Letramento e Minorias*. Porto Alegre: Mediação, 2002.

LACERDA, C. B. F., POLETTI, J. E. A escola inclusiva para surdos: a situação singular do intérprete de língua de sinais. In: 27ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa em Educação, 2004, Caxambu. Anais, 2004.

LODI, A. C. B. A formação do tradutor e intérprete de Libras-língua portuguesa e sua atuação na educação de surdos. In: VIII Congresso Internacional e XIV Seminário Nacional do INES, 2009, Rio de Janeiro. Anais do Congresso INES: Múltiplos Atores e Saberes na Educação de Surdos. Curitiba: Editora Progressiva, 2009. v. 1. p. 26-34.

MARTINS, D. A.; MACHADO, V. L. C. Educação bilíngue para surdos: um olhar a partir da trajetória de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais. *Educação Temática Digital*, Campinas, v.11, n. 1, dez. 2009. p. 233-254.

MARTINS, V. R. O. Implicações e Conquistas da Atuação do Intérprete de Língua de Sinais no Ensino Superior. *Educação Temática Digital*, Campinas, v.7, n.2, p.158-167, jun. 2006.

QUADROS, R. M. *O tradutor e intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa*. Secretaria de Educação Especial, Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos – Brasília: MEC; SEESP, 2004.

ROSA, A. S. *Entre a visibilidade da tradução da Língua de Sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete*. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2008.

SPRADLEY, J. P. *Participant observation*. South Melbourne: Thomson Learning, 1980.

SOUZA, R. M. O professor interprete de língua de sinais em sala de aula: ponto de partida para se repensar a relação de ensino, sujeito e linguagem. *Educação Temática Digital*. v.8, n. especial. Campinas, jun. 2007. p.154-170.

TUXI, P. A atuação do intérprete educacional no Ensino Fundamental. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Brasília, 2009.